REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 16

DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1994

ANICETO AFONSO'

Revista de Historia das Ideias
Vol. 16 (1994)

O MOVIMENTO DOS CAPITÃES EM MOÇAMBIQUE
Algumas considerações

1. Em algumas análises sobre o movimento militar que preparou e realizou o 25 de Abril, subsiste certa confusão entre duas realidades que se manifestaram historicamente inconfundíveis — o Movimento dos Capitães e o Movimento das Forças Armadas.

É certo que o Movimento dos Capitães se vai transformando em MFA, mas também é verdade que este, uma vez nascido, se afasta irremediavelmente do seu antecessor. O Movimento dos Capitães tem objectivos que rapidamente se alteram (nem historicamente fariam sentido) ainda antes do 25 de Abril.

O Movimento dos Capitães nasce de uma reivindicação corporativa, lentamente transformada numa necessidade mais vasta. Enquanto a questão dos decretos de 1973 prevaleceu, mesmo englobada na mais vasta problemática do prestígio do Exército e da adaptação das missões das Forças Armadas e adequação dos meios postos à sua disposição, o Movimento não se atreveu a saltar para além da sua especificidade própria. No dia em que, baseado embora em todo o enquadramento fornecido pela história do seu aparecimento e consolidação, pôs em causa a continuação da guerra colonial e se atreveu, em terreno já suficientemente preparado, a lançar a semente da contestação ao seu próprio envolvimento num conflito sem sentido (ainda não classificado de injusto), o Movimento dos Capitães transformou-se naturalmente em *

* Tenente-Coronel na Reserva. Mestre em História Contemporânea.

Movimento dos Oficiais das Forças Armadas (MOFA). Este passo foi dado com a assinatura do documento de Cascais em 5 de Março de 1974, significativamente intitulado "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação". Com o aperfeiçoamento do seu programa, a consideração da inevitabilidade do golpe militar e da tomada do poder, o movimento deixou de ser de Oficiais, para ser muito naturalmente das Forças Armadas, o que ocorreu nas vésperas do 25 de Abril.

O Movimento dos Capitães teve de início uma sólida participação dos oficiais do quadro permanente do exército afectados pelos decretos 353 e 490/73, participantes enquanto tal, e uma discreta presença de outros oficiais que pressentiam a possibilidade de o caso, pelas suas características, poder originar conflitos mais extensos (estivessem ou não afectados também pelos decretos). O factor corporativo é de primordial importância na mobilização inicial e na concretização de uma série de acções colectivas, inviáveis sem essa motivação. O conjunto de oficiais que iniciou o movimento e aqueles que se lhe foram juntando encontraram um motivo razoável, transformado por um pequeno grupo mais consciente, numa razão justa e indiscutível. A contestação aos decretos não pode ser olhada como um mero pretexto, já que de facto eles congregaram muitos oficiais que só posteriormente, a pouco e pouco, se foram apercebendo das potencialidades do movimento em que participavam e da possibilidade de transformar a natureza da reivindicação inicial. Este processo não foi simples, e nem todos os oficiais integrados no movimento conseguiram admitir a mudança dos objectivos iniciais.

Mas se a mudança da natureza do Movimento dos Capitães para Movimento dos Oficiais das Forças Armadas não foi simples, já a sua evolução para Movimento das Forças Armadas se tornou absolutamente lógica para todos os que nele participavam. De facto, o documento de Cascais só deixava de fora alguns militares irrevogavelmente sensíveis à questão colonial. Ninguém contestava já a necessidade de o "comum dos cidadãos" participar na "definição do interesse nacional", e de o poder político deter "o máximo de legitimidade" e as instituições serem "efectivamente representativas das aspirações e interesses do Povo". Todos aceitavam também que "sem democratização do país" não haveria solução para os "gravíssimos problemas que se abatem sobre nós".

Só o que, quase parodoxalmente, não era aceitável por todos (embora o fosse pela grande maioria), era a solução da guerra colonial proposta pelo documento de Cascais, solução que deveria ter em conta "a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios'^1).

O salto qualitativo que o Movimento dera em Cascais preparou o terreno para o surgimento do MFA, dos seus principais documentos e do apoio generalizado que mereceram antes e sobretudo depois do 25 de Abril: o Programa, a Proclamação e o Protocolo com a Junta Militar (este último não assinado).

Não pode considerar-se o Movimento dos Capitães como um movimento pujante desde o seu início. Nele é necessário valorizar a componente corporativa e, como fundo principal, a questão militar colonial. É certo que a introdução de motivações mais vastas foi habilmente colocada e veio a torná-las irreversíveis. Mas não pode considerar-se que a atitude dos quadros médios do Exército estava configurada à partida. De facto, embora de uma forma geral o sentimento de impotência perante o prolongamento indefinido da guerra gerasse predisposições para o seu questionamento, a verdade é que foi mais fácil conseguir a aceitação de um golpe militar para derrubar o governo, do que sugerir uma solução negociada para a guerra. As fracturas que se manifestaram no Movimento dos Capitães (e se prolongaram no MFA), tiveram mais a ver com a guerra e as soluções para o problema colonial, do que com outras questões que poderiam parecer mais decisivas — por exemplo, a estrutura do poder político após o golpe militar.

2. Um caso particular da evolução do Movimento dos Capitães ocorreu em Moçambique, em estreita ligação com a situação militar no terreno.

Contrariamente aquilo que por vezes se quer fazer crer, a guerra em Moçambique era, nos finais de 1973 e inícios de 1974, um sério problema militar. Para além das três frentes onde a Frelimo se implantara em definitivo (Cabo Delgado, Niassa e Tete), o movimento de libertação conseguira aproximar-se e mesmo ultrapassar o eixo Beira-Rodésia e infiltrar-se na Zambézia, obrigando a um enorme alargamento das frentes de combate

(1) Cf. todas as citações em João Medina, *História Contemporânea de Portugal -Estado Novo*, vol. II, pp. 273-275.

efectivo. Não será oportuno alongar as referencias à guerra colonial, mas é necessário realçar, para o caso de Moçambique, o seguinte:

- 54% dos efectivos globais das forças portuguesas pertenciam ao recrutamento local, o que corresponde a cerca de 65% das tropas combatentes (excluindo as chamadas "populações em auto-defesa").
- As grandes operações levadas a efeito em Cabo Delgado a partir de 1970, tinham desgastado excessivamente o pessoal e em especial o material de apoio — viaturas, transmissões, meios aéreos, armamento pesado, etc..
- A construção da barragem de Cabora Bassa e da respectiva linha de transporte de energia, consumia enormes efectivos, o que obrigava a desguarnecer outras frentes.
- A utilização, por parte da Frelimo, no início de 1974, do míssil terra-ar *Strella,* terminava com a absoluta supremacia aérea das forças portuguesas, tantas vezes decisiva na solução militar dos combates e indispensável suporte psicológico das acções terrestres. A este propósito convém que se diga o seguinte: segundo o manual O *Exército na Guerra Subversiva*, que ensinava aos militares portugueses o abc deste tipo de guerra, a sua evolução processava-se em cinco fases, desde a preparatória até à insurreição geral. Ora, nas colónias portuguesas, por motivos que não vem ao caso aprofundar, a guerra nunca passou da terceira fase (fase da guerrilha), a não ser na Guiné, onde a guerra tendia a entrar na 4ª fase, em especial a partir de 1973, com a declaração da independência, a criação pelo PAIGC de bases efectivas no interior do território e a materialização da sua superioridade militar em certas áreas, baseada sobretudo na utilização dos mísseis terra-ar. Em Moçambique, com a utilização da mesma arma, poderia caminhar-se no mesmo sentido em 1974. Ora, as forças portuguesas não estavam preparadas, nem material, nem psicologicamente, para enfrentar a 4ª fase da guerra.
- A intervenção militar de forças da Rodésia e da África do Sul, pelo menos em termos de apoio logístico, era já estrategicamente importante, sendo mais significativa ao nível da Zona Operacional de Tete.
- A substituição das unidades metropolitanas estava atrasada

em 25 de Abril em mais de seis meses. Isto decorria da dificuldade de mobilização em Portugal e vinha-se agravando desde 1972. Alonguemo-nos um pouco mais neste ponto. A substituição das unidades ao fim de 24 meses de comissão (rendição das tropas, em termos militares) era um ponto essencial na estratégia de gestão de pessoal, pelas implicações psicológicas que o facto causava em todo o contingente mobilizado. De uma forma geral o princípio foi respeitado até ao início da década de 70. Mas a partir de 1972, a dificuldade de quadros profissionais (em especial capitães), as crescentes necessidades operacionais motivadas pelo alargamento das frentes de combate ou da intensidade da acção da guerrilha, e o esgotamento das reservas de mobilização, levou a que aquele princípio quase sagrado das rendições em tempo, fosse posto em causa. Assim, com enorme influência no moral das tropas, várias unidades viram adiado o seu regresso a Portugal, cifrando-se o atraso (o chamado "mata-bicho", na gíria militar) em mais de seis meses na primeira metade de 1974. Foi esta dificuldade que conduziu à crescente africanização da guerra, que podendo fazer-se ao nível dos soldados e mesmo dos quadros inferiores, não era possível ao nível dos capitães, na função primordial de comandantes de companhia. É esta também uma das causas que conduz à necessidade de acelerar a sua formação, medida contemplada nos decretos de 1973, com o acesso acelerado dos oficiais milicianos ao quadro permanente e ao posto de capitão. Mas desta situação é necessário realçar a influência que ela exercia na situação psicológica dessas tropas e dos seus comandantes.

Em Moçambique, muitos dos participantes no Movimento dos Capitães viram de início, nessa movimentação, uma forma eficaz de pressionar os altos comandos no sentido de ser normalizada a rendição das unidades, no final da sua comissão de 24 meses. Entre parênteses: uma das mais graves dificuldades com que os comandos (e também o MFA local) se debateram após o 25 de Abril foi a exigência (para além do mais perfeitamente justa) de as unidades com a comissão cumprida serem substituídas. Para se ter uma ideia da magnitude do problema, deve dizer-se que quase 30% das unidades metropolitanas estavam nessa situação.

Fiz esta longa referência para que se possa compreender a complexidade das situações de guerra, e em especial dos desequilíbrios que se viviam nas frentes de combate. A História tem a obrigação de ser prudente, enquanto estudos aprofundados e monográficos não são feitos e enquanto a documentação não puder ser consultada. Por outro lado, nada justifica que a História e os historiadores não se esforcem por olhar o 25 de Abril tanto como um ponto de chegada como um ponto de partida, sem privilegiar um tempo, em relação ao outro. Ou seja, o 25 de Abril não é um acto isolado ou isolável. Tem naturalmente consequentes — a Liberdade, a Descolonização, a transição democrática — como tem antecedentes — a ditadura (com o que ela própria acarreta em termos políticos e sociais) e a guerra. Se não se tenta perceber porque se chegou ao 25 de Abril, não vale a pena explicar-se o que se passou depois. Em nome do rigor e da isenção histórica não podem apontar-se os erros do pós-25 de Abril, sem se exigir que não se esqueçam os que foram cometidos pelo regime derrubado.

3. Quando em 13 de Setembro de 1973, o movimento teve a sua primeira reunião formal em Nampula, pouco o distinguia dos outros movimentos em curso na Guiné, em Portugal e em Angola. Nessa primeira reunião estavam capitães e majores das diversas armas e serviços, uns que tinham chegado recentemente de Portugal, depois de comissões em Angola, Guiné ou mesmo repetindo Moçambique, outros que cumpriam a sua comissão normal no território e ainda outros que haviam já ultrapassado os 24 meses e aguardavam substituição.

O documento saído dessa primeira reunião era um abaixo-assinado de apoio aos oficiais da Guiné, por terem enviado uma exposição às mais altas entidades oficiais, e nele se podia 1er: "Estamos conscientes de que as atitudes tomadas pelos oficiais do Q.P. nas diversas parcelas de Portugal serão sempre concordantes, já que exprimem uma maneira de sentir que é geral e não pode ser atribuída a um ou a outro, individualmente" (Arquivo particular, 1 folha dactilografada).

O movimento em Moçambique, arrancando com algum atraso, implantou-se rapidamente, estando praticamente estruturado no final de Outubro, com comissão central em Nampula, comissões regionais nas sedes dos comandos mais significativos e comissões locais em quase todos os lugares onde

oficiais do quadro permanente estivessem colocados (por vezes constituídas pelo único oficial aí presente). Conservou-se esta estrutura até ao 25 de Abril, sem grandes alterações.

Até Dezembro de 1973, o Movimento dos Capitães em Moçambique levou a cabo dezenas de reuniões, manteve ligação contínua entre as várias comissões e com Lisboa, recolheu centenas de assinaturas para vários documentos de protesto, pôs ao corrente das intenções e objectivos do movimento todos os oficiais presentes em Moçambique. Relativamente a este último ponto, a comissão de Nampula organizou em Dezembro um dossier sobre o movimento, onde constavam os principais documentos que com ele se relacionavam — decretos, circulares, cartas, abaixo-assinados, exposições, pedido de demissão, etc. — e decidiu enviar um exemplar a todos os oficiais superiores não aderentes ao movimento. Esta atitude causou grande impacto no território, originando um enorme alargamento dos interessados pelo movimento, embora muitos desses dossiers tivessem sido enviados para o quartel-general e pelo menos um fosse ter à"delegação da DGS. Este processo viria a ser remetido para Lisboa e entregue a Marcelo Caetano. Ele próprio o recorda, numa das suas entrevistas, ao justificar a ineficácia da DGS em penetrar na organização dos capitães: "ADGS afirmava-me que não podia penetrar nos meios militares. Dir-se-ia que receava penetrar neles. A única informação extensa e concreta que dos seus serviços recebi, já nas vésperas do 25 de Abril, sobre as intenções dos militares, veio de Moçambique"(2).

Na carta de envio desse dossier aos oficiais superiores podia-se já dizer o seguinte, no seu último ponto: "Em Tete, Vila Cabral, Porto Amélia, Nampula, Beira, Dondo, Vila Pery, Lourenço Marques, qualquer capitão ou major do quadro permanente pertence às nossas comissões. É só contactá-los"(3).

Embora o estudo da documentação produzida em Moçambique possa vir a ter algum interesse na compreensão do próprio evoluir do Movimento dos Capitães em geral, não restam hoje dúvidas que o ponto mais alto da sua actuação se situou em torno dos chamados "acontecimentos da Beira", ocorridos nos dias 17,18 e 19 de Janeiro de 1974.

(2) Marcelo Caetano, *O 25 de Abril e o Ultramar - Três Entrevistas e Alguns Documentos*, Lisboa, Verbo, s.d.

(3) Arquivo particular, 2 folhas dactilografadas.

Desde 1964 até inícios dos anos 70, com avanços e recuos, a acção da Frelimo concentrou-se, por um lado, nos dois distritos mais a Norte, Cabo Delgado e Niassa, com apoio na Tanzânia. Por outro, a partir de 1967 e em especial com o projecto de Cabora Bassa e com a operação Nó Górdio em Cabo Delgado, as atenções da Frelimo viraram-se para a frente de Tete, com apoio na Zâmbia. Em virtude da concentração de forças portuguesas no dispositivo de defesa da barragem, a Frelimo decidiu, a partir de 1972, infiltrar a sua acção em direcção ao Sul, reforçando a zona de Sofala e caminhando para Manica e mais tarde para a Zambézia. Todos os meses, a Frelimo conseguia levar a efeito acções mais a Sul, em especial sobre o Caminho de Ferro da Beira, ultrapassando, em 14 de Janeiro de 1974, o eixo Beira-Rodésia, com uma emboscada nos arredores de Vila Manica. Este eixo era fundamental para a economia moçambicana, sendo a região mais a norte com grande concentração de população branca. Da acção da Frelimo resultou a morte de uma mulher europeia, o que constituiu um grande choque para as populações brancas da região, em especial da cidade da Beira, que se tinham habituado a considerar impossível a chegada da Frelimo a zonas tão distantes das fronteiras hostis da Tanzânia e da Zâmbia.

Em resultado desta e de outras acções da Frelimo, a situação psicológica das populações brancas entrou em desequilíbrio. Daqui resultaram grandes manifestações de brancos em Vila Pery e na Beira, com insultos às Forças Armadas e apedrejamento da messe de oficiais da Beira. A partir dos confrontos que se seguiram (confrontos inéditos nos três teatros de operações), foi o Movimento dos Capitães quem melhor soube responder aos acontecimentos — foi a comissão de Vila Pery quem primeiro alertou para a gravidade do que se estava preparando, foi a comissão da Beira quem fez o primeiro relatório dos acontecimentos, foi a comissão de Nampula quem redigiu um abaixo-assinado, exigindo a demissão das autoridades coniventes com os acontecimentos, um inquérito exaustivo aos factos e uma ampla informação da opinião pública sobre o papel e as missões das Forças Armadas. Refira-se que este abaixo-assinado, primeiro documento do Movimento a ser aberto a oficiais milicianos, recolheu, em poucos dias, mais de 350 assinaturas. Foi ainda o Movimento dos Capitães que enviou para Lisboa dois telegramas que viriam relançar a questão colonial no seio do movimento em Portugal, onde a sua pujança tinha de

alguma forma diminuído depois das medidas governamentais do final do ano de 1973 — alteração dos altos cargos políticos das pastas militares, revogação dos decretos do Verão, aumento dos vencimentos, etc. Por último, foi ainda a comissão de Nampula que preparou uma posição de força perante os comandos locais, logo a 22 de Janeiro, para o caso de não serem atendidas as pretensões do movimento. O plano, divulgado a todas as comissões regionais foi também dado a conhecer à comissão de Lisboa, que ficou ciente da possibilidade de vir a ser ultrapassada por acontecimentos fora do seu controle.

Logo a seguir ocorreu a publicação do livro do general Spínola, a reunião de Cascais e todos os acontecimentos do mês de Março, que fizeram com que o movimento de Moçambique se concentrasse no que se passava em Lisboa, reduzindo a sua iniciativa à manutenção da sua estrutura e do circuito de informações das comissões regionais e locais.

4. No dia 25 de Abril, o Movimento dos Capitães em Moçambique (imediatamente transformado em MFA de Moçambique) estava pronto a fazer aplicar o Programa do MFA no respeitante à guerra: que a solução era política e não militar, que devia conduzir à paz, que deviam criar-se condições para um debate franco e aberto sobre o problema (visando, em especial, no caso vertente, as populações de Moçambique, como era natural). O MFA estava preparado para levar rapidamente à prática o cumprimento deste programa, sabendo que todo ele tinha que assentar na negociação imediata de um cessar-fogo com a Frelimo, por forma a tornar credível e sustentável o seu papel perante as Forças Armadas presentes em Moçambique, perante a população do território e perante a própria Frelimo. Mas a dualidade do poder emergente do 25 de Abril, com a Junta de Salvação Nacional a incluir na sua proclamação a garantia de sobrevivência "da Nação no seu todo pluricontinental", impediu qualquer tomada de posição perante os altos comandos de Moçambique, até porque essa dualidade acabou por se reflectir no próprio MFA de Moçambique. Tudo o que foi possível, resumiu-se à exigência de mudança dos comandos, o que veio a ser conseguido, sem que a linha de orientação das Forças Armadas em Moçambique sofresse qualquer alteração — os poderes políticos de Lisboa exigiam a continuação da guerra. As Forças Armadas em Moçambique estavam em Maio

profundamente impacientes, em Junho divididas e em Julho destroçadas. Foi só então que começaram as negociações com a Frelimo.

5. Um parágrafo final sobre a guerra. Tem-se falado muito sobre a necessidade que teria havido de se continuar a guerra depois do 25 de Abril. Para além do que tem de absurdo histórico esta posição (e de cegueira estratégica), não se deve esquecer um abc elementar sobre a guerra. Fazer a guerra implica uma série de acções funcionais (algumas extremamente dispendiosas) e qualquer delas essencial ao acto que parece tão simples de dar tiros e acertar no inimigo. Assim temos, na retaguarda (sem referir outras componentes indispensáveis à política de defesa nacional): o recenseamento, o recrutamento, a incorporação, a instrução e a mobilização. Quando se faz a mobilização deve ter-se em conta a necessidade de comandos, unidades de apoio de combate, unidades de apoio de serviços e unidades operacionais. Depois é necessário efectuar o transporte para os locais onde lhes serão atribuídas missões, em teatros de operações coordenados por complexos quartéis-generais. É agora necessário assegurar o planeamento operacional, o funcionamento das operações de logística — reabastecimento de víveres, munições, sobressalentes, combustíveis, material de guerra, de transmissões, sanitário, etc. e, como essência da operacionalidade, a eficácia de um circuito de informações sobre o terreno, as populações e o inimigo (não falei do sistema de transportes — terrestres, aéreos e marítimos —, do sistema financeiro e administrativo, do sistema de saúde, etc.). Mas é importante salientar a questão das informações. Umas Forças Armadas sem informações assemelham-se a um cego desorientado. Ora, na guerra colonial, um dos principais suportes das informações militares era a PIDE/DGS, que, pura e simplesmente, deixou de existir depois do 25 de Abril.

Em suma, é necessário não iludir as questões complexas da guerra. Deve, antes disso, saber-se se Portugal e os portugueses, Moçambique e os moçambicanos queriam continuar a guerra e se tinham alguma razão para isso. E pensar se o novo Portugal e os novos dirigentes não deveriam ter aproveitado, como pano de fundo das inevitáveis negociações e no dia imediato ao 25 de Abril, a capacidade e o prestígio políticos adquiridos e a força militar que lhes restava.